



IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

EUZEMBERG ALVES DE OLIVEIRA; KARINE FERRAZ DE VASCONCELOS; SIMAO DE SOUZA VASCONCELOS; WEGTON MEDEIROS DE SOUZA; VINICIUS EMANUEL DE OLIVEIRA BARROS

Introdução: A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até os 6 meses de vida como a opção mais saudável, segura e acessível, pois atende plenamente às necessidades nutricionais da criança. O AME promove benefícios para mãe e bebê, incluindo o vínculo afetivo e a melhoria da qualidade de vida. O leite materno oferece propriedades imunológicas que reduzem a mortalidade infantil. Diante disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolve políticas públicas para apoiar o AME. **Objetivo:** Analisar os impactos das políticas públicas na promoção do AME no Brasil entre 2008 e 2019. **Metodologia:** Foi realizada uma análise de artigos e relatórios publicados entre 2008 e 2019. Utilizaram-se descritores como Aleitamento Materno Exclusivo, Políticas Públicas e Saúde para selecionar os artigos no PubMed® e no site do Ministério da Saúde. Os dados foram extraídos da II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal de 2008 e do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) de 2019. **Resultados:** Foram analisadas 14 políticas públicas entre 2008 e 2019, destacando-se aquelas com maior impacto positivo na prevalência de AME. A prevalência de AME em crianças menores de 6 meses aumentou de 41% em 2008 para 45,8% em 2019. Todas as regiões, exceto o Norte, mostraram crescimento percentual. Esse aumento está associado ao fortalecimento de políticas públicas direcionadas ao pré-natal e ao suporte às parturientes e puérperas. Em 2008, a licença-maternidade foi estendida para 6 meses para funcionárias federais, e o Ministério da Saúde criou a Rede Amamenta Brasil, promovendo educação em saúde na Atenção Primária. Em 2010, a Nota Técnica Conjunta nº 01/2010 Anvisa/MS estabeleceu salas de apoio à amamentação. Em 2015, regulamentou-se a Lei da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes, e em 2017 foi instituído o Mês do Aleitamento Materno, Agosto Dourado, para conscientizar sobre a importância do AME. **Conclusão:** A implementação dessas políticas públicas no cenário de apoio ao AME até os 6 meses resultou, direta ou indiretamente, em uma melhora nesses índices. Contudo, observa-se que esses resultados ainda estão aquém dos recomendados pela OMS.

Palavras-chave: **ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO; POLÍTICAS PÚBLICAS; ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE; NUTRIÇÃO DO LACTENTE; EDUCAÇÃO EM SAÚDE**